

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo Malha Sul S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Rumo Malha Sul S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos incorridos na formação de ativos de infraestrutura

Conforme divulgado na nota explicativa nº 5.11.1 às demonstrações financeiras a Companhia possui obras em andamento registradas pelo montante de R\$ 423.862 mil, em 31 de dezembro de 2023.

A classificação de gastos incorridos entre investimentos em bens de capital (*Capital Expenditure – Capex*) e despesas operacionais (*Operational Expenditure – Opex*) envolve a necessidade de configurações em sistemas de tecnologia da informação, comunicação e avaliação entre áreas com diferentes especialidades na Companhia para alinhamento de conceitos sobre natureza de gastos com substituição e reforma de partes e peças necessários para colocar o ativo nas condições operacionais pretendidas, critérios para alocação de mão de obra diretamente atribuíveis com a construção do ativo, bem como, de processos e controles apropriadamente desenhados e continuamente operados por parte da Administração, objetivando mitigar a possibilidade de erro relacionado com alocação de gastos entre obras em andamento no ativo imobilizado e despesas reconhecidas no resultado do exercício.

Devido aos aspectos mencionados e a magnitude dos valores envolvidos, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o abaixo.

- Reunião com a Administração para entendimento e validação de conceitos com base no CPC 27 - Ativo Imobilizado;
- Reunião com representantes da área de projetos objetivando entender orçamento, alocação dos gastos e avanço físico de determinados projetos;
- Pesquisa sobre notícias relacionadas com determinados projetos que se encontram como obras em andamento;
- Entendimento sobre determinados sistemas de TI envolvidos no processo associados com gastos de obras em andamento;
- Teste documental de adições ao ativo imobilizado em obras em andamento;
- Obtenção de evidência sobre avanço físico de determinadas obras;
- Entendimento dos controles existentes para alocação dos gastos entre Capex e Opex;
- Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas e alocação dos gastos na formação dos ativos, com base nos testes por amostragem e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para demandas judiciais

Conforme divulgado na nota explicativa nº 5.15 às demonstrações financeiras, a Companhia possui provisão para contingência registrada em 31 de dezembro de 2023 pelo montante de R\$ 359.872 mil.

O montante de perdas possíveis, julgadas pela Administração e seus assessores jurídicos como menos provável de que uma conclusão desfavorável para a Companhia aconteça, divulgado na referida nota explicativa, é de R\$ 2.548.428 mil, em 31 de dezembro de 2023, apurado para as informações financeiras.

Devido a magnitude dos valores envolvidos nas contingências possíveis, ao alto número de processos envolvidos e a complexidade dos julgamentos realizados pela Administração da Companhia no processo de mensuração das contingências, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o abaixo.

- Reuniões com o setor jurídico da Companhia;
- Entendimento dos processos internos para identificação de situações em que a Companhia seja parte citada em esferas administrativas ou judiciais, objetivando garantir que a informação utilizada pela Companhia está completa;
- Entendimento dos controles internos relacionados com o gerenciamento dos processos;
- Envolvimento de especialistas tributários na avaliação de discussões tributárias;
- Leitura de opiniões legais emitidas por assessores jurídicos externos, contratados pela Administração;
- Mensuração de provisão para contingência com base no recebimento de respostas dos assessores jurídicos externos contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo;
- Análise de razoabilidade de premissas utilizadas, por amostragem, na mensuração de processos com expectativa de perda possível ou remota;
- Análise das principais inclusões e reversões, de processos na composição dos saldos de provisão para contingências, verificando a razoabilidade de premissas utilizadas;
- Análise de pagamento de contingências e entendimento sobre a expectativa anteriormente definida para a conclusão do processo em períodos anteriores;
- Recálculo de atualização monetária;
- Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela Administração para mensuração das provisões para contingências e divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 17 de março de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de abril de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Ricardo Vieira Rocha
Contador CRC 1 BA 026357/O-2 - S - SP

RUMO MALHA SUL – RUMO MALHA SUL S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Sul – Rumo Malha Sul S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Relacionamento com os auditores externos

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que até a presente data não houve contratação de outros serviços relacionados a auditoria junto aos nossos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas, além de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras das Companhia, os quais não apresentam qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima. Com base em referidos princípios, a BDO RCS Auditores Independentes S.S. nos informaram que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

Segmentos operacionais

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T23	4T22	Var. %	12M23	12M22	Var. %
Receita Líquida	452,0	453,0	-0,2%	2.048,3	1.789,7	14,4%
Custos dos serviços prestados	(431,2)	(425,6)	1,3%	(1.678,7)	(1.664,4)	0,9%
Lucro Bruto	20,8	27,4	-24,1%	369,6	125,3	195,0%
Margem Bruta (%)	5%	6%	-1,4 p.p.	18%	7%	11 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(41,7)	(36,8)	13,3%	(134,6)	(121,9)	10,4%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(35,5)	(16,2)	119,1%	(54,7)	(37,2)	47,0%
Depreciação e Amortização	152,1	139,0	9,4%	591,4	558,7	5,9%
EBITDA	95,7	113,4	-15,6%	771,7	524,9	47,0%
Margem EBITDA (%)	21,2%	25,0%	-3,9 p.p.	37,7%	29,3%	8,3 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(35,6)	(48,0)	-25,8%	(236,7)	(207,9)	13,9%
Imposto de renda e contribuição social	-	-	n.a.	1,0	-	n.a.
Prejuízo Líquido	(92,0)	(73,6)	25,0%	(55,4)	(241,7)	-77,1%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida atingiu R\$ 452,0 milhões, se mantendo estável relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2022, apesar do crescimento dos volumes de milho e açúcar, a performance anual foi 0,2% abaixo de 2022. O EBITDA foi de R\$ 95,7 milhões, decréscimo de 15,6% em relação ao trimestre findo em 31 de

dezembro de 2022. A Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 92,0 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2023 comparado a um prejuízo líquido de R\$ 73,6 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2022. O que representou uma piora de 25,0% no prejuízo líquido.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida atingiu R\$ 2.048,3 milhões, aumento de 14,4% em relação ao exercício findo de 31 de dezembro de 2022, em decorrência basicamente do aumento no volume de transporte 4,07% combinado com acordos comerciais de Take or Pay em 2023. O EBITDA foi de R\$ 771,7 milhões, aumento de 47,0% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 55,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a um prejuízo de R\$ 241,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Rumo Malha Sul S.A.

Balanços patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	716.500	1.333.668
Títulos e valores mobiliários	5.3	520.289	204.017
Contas a receber de clientes	5.4	137.078	171.701
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	519	4.184
Estoques	5.10	117.417	136.142
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		42.346	10.268
Outros tributos a recuperar	5.9	43.246	116.361
Adiantamento a fornecedores		1.744	5.022
Outros ativos		29.453	22.693
Ativo circulante		1.608.592	2.004.056
Contas a receber de clientes	5.4	17.326	16.034
Caixa restrito	5.3	140	1.543
Recebíveis de partes relacionadas	5.4	64	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	32.187
Outros tributos a recuperar	5.9	178.025	123.730
Depósitos judiciais	5.13	75.702	63.954
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	2.021	-
Adiantamento a fornecedores		-	15.313
Outros ativos		15.993	16.624
Direito de uso	5.11.2	297.582	372.362
Imobilizado	5.11.1	3.192.905	3.164.202
Intangíveis		8.028	12.709
Ativo não circulante		3.787.786	3.818.658
Total do ativo		5.396.378	5.822.714

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Balanços patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	5.5	195.570	196.199
Passivos de arrendamento	5.6	170.264	161.551
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	130.755	154.678
Fornecedores	5.7	207.580	239.852
Ordenados e salários a pagar		89.373	87.830
Imposto de renda e contribuição social correntes		506	356
Outros tributos a pagar		16.616	4.562
Arrendamentos e concessões em litígio	5.14	9.320	53.720
Outros passivos financeiros		79.494	203.359
Outras contas a pagar		39.161	21.983
Passivo circulante		938.639	1.124.090
Empréstimos e financiamentos	5.5	1.128.110	1.356.703
Passivos de arrendamento	5.6	283.298	382.408
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	309.605	242.326
Provisão para demandas judiciais	5.13	359.872	344.221
Arrendamentos e concessões em litígio	5.14	66.870	27.392
Receitas diferidas		287	479
Outras contas a pagar		21.694	2.148
Passivo não circulante		2.169.736	2.355.677
Total do passivo		3.108.375	3.479.767
Patrimônio líquido			
Capital social	5.15	4.045.633	2.695.633
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.803.000	4.153.000
Ajustes de avaliação patrimonial		-510	-666
Prejuízos acumulados		-4.560.120	-4.505.020
Total do patrimônio líquido		2.288.003	2.342.947
Total do passivo e patrimônio líquido		5.396.378	5.822.714

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em (Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	6.1	2.048.328	1.789.655
Custos dos serviços prestados	6.2	-1.678.661	-1.664.449
Lucro bruto		369.667	125.206
Despesas comerciais	6.2	-6.434	-6.057
Despesas gerais e administrativas	6.2	-128.147	-115.891
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	-54.662	-37.067
Despesas operacionais		-189.243	-159.015
Resultado antes do resultado financeiro líquido		180.424	-33.809
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		180.424	-33.809
Despesas financeiras		-315.502	-272.815
Receitas financeiras		190.483	226.801
Variação cambial, líquida		95.369	92.639
Derivativos		-207.076	-254.565
Resultado financeiro líquido	6.4	-236.726	-207.940
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-56.302	-241.749
Imposto de renda e contribuição social	5.12		
Diferido		1.202	-
		1.202	-
Resultado do exercício		-55.100	-241.749
Resultado por ação:	6.5		
Por ação ordinária		0	0
Por ação preferencial		0	0

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	2.695.633	4.153.000	-666	-4.505.020	2.342.947
Resultado do exercício	-	-	-	-55.100	-55.100
Outros resultados abrangentes:					
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	156	-	156
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	156	-55.100	-54.944
Contribuição e distribuições para os acionistas					
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.350.000	-1.350.000	-	-	-
Total das transações com e para acionistas	1.350.000	-1.350.000	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.045.633	2.803.000	-510	-4.560.120	2.288.003

	Capital social	AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	2.695.633	4.153.000	-1.268	-4.263.270	2.584.095
Resultado do exercício	-	-	-	-241.750	-241.750
Outros resultados abrangentes:					
Ganho atuariais com plano de pensão	-	-	602	-	602
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	602	-241.750	-241.148
Contribuição e distribuições para os acionistas					
Total das transações com e para acionistas	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.695.633	4.153.000	-666	-4.505.020	2.342.947

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em (Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-56.302	-241.749
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	591.385	558.705
Provisão para participações nos resultados e bônus	43.377	52.959
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	6.3 3.544	3.349
Provisão de demandas judiciais	6.3 55.434	89.198
Créditos fiscais extemporâneos	6.3 -2.221	-47.167
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-385	-367
Take or pay	20.769	10.579
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	333.312	348.794
Outros	6.840	-3.128
	995.753	771.173
Varição em:		
Contas a receber de clientes	25.462	-57.370
Adiantamentos de clientes	-	-894
Outros tributos, líquidos	41.573	45.560
Estoques	11.849	-309
Ordenados e salários a pagar	-49.929	-32.560
Fornecedores	-5.679	-10.149
Adiantamentos a fornecedores	18.191	-2.550
Arrendamentos e concessões a pagar	-11.373	-
Provisão para demandas judiciais	-94.726	-70.643
Outros passivos financeiros	-150.682	29.939
Outros ativos e passivos, líquidos	-15.187	-14.828
	-230.501	-113.804
Caixa líquido gerado nas atividades de operacionais	765.252	657.369
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	-243.103	592.114
Caixa restrito	1.402	-163
Adições ao imobilizado e intangível	-555.826	-389.356
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	-797.527	202.595

Fluxo de caixa de atividades de financiamento

Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	-184.871	-211.406
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	-61.271	-62.556
Amortização de principal de passivo de arrendamento	5.6	-129.552	-99.322
Pagamento de juros de passivos de arrendamento	5.6	-47.123	-63.589
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		-162.076	-75.765
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento		-584.893	-512.638
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		-617.168	347.326
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.333.668	986.342
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		716.500	1.333.668

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em (Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	2.201.493	1.945.222
Outras receitas operacionais, líquidas	42.027	19.187
Ganhos estimadas em créditos de liquidação duvidosa	385	367
	2.243.905	1.964.776
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-646.525	-697.249
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-165.539	-125.681
	-812.064	-822.930
Valor adicionado bruto	1.431.841	1.141.846
Retenções		
Depreciação e amortização	-591.385	-558.705
	-591.385	-558.705
Valor adicionado líquido produzido	840.456	583.141
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	190.483	226.801
	190.483	226.801
Valor adicionado total a distribuir	1.030.939	809.942
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	415.601	369.008
Remuneração direta	319.457	278.747
Benefícios	83.740	79.020
FGTS	12.404	11.241
Impostos, taxas e contribuições	203.726	202.932
Federais	171.135	161.852
Estaduais	32.238	40.663
Municipais	353	417
Remuneração de capitais de terceiros	466.712	479.751
Juros	427.209	434.741
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	39.503	45.010

Remuneração de capitais próprios	-55.100	-241.749
Resultado do exercício	-55.100	-241.749
	1.030.939	809.942

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Sul S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Sul”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Curitiba – Paraná, Brasil.

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário principalmente na região Sul do Brasil.

1.2 Concessão de operações ferroviárias

Os contratos de concessão e de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerram em fevereiro de 2027, renováveis por mais 30 anos.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar subconcessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

1.3 Informações sobre o Grupo

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 100% do seu capital. A controladora final é a Cosan S.A. (“Cosan”) que detém 30,33% do seu capital, incluído ações em tesouraria, listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (*ticker* — CSAN). Cosan é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan.

1.4 Considerações sobre a continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Para o período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um capital circulante líquido de R\$ 669.953, patrimônio líquido de R\$ 2.288.003 e prejuízo no exercício de R\$ 55.100.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Rumo S.A., sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, os quais têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos, aumento de capital ou AFACs, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 01 de abril de 2024.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Notas 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Nota 5.11.1 – Imobilizado:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.12 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.13 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, gera e consome dinheiro.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** As entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** As entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

5.8 – Instrumentos financeiros derivativos

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
			Nível 2	Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	716.500	1.333.668	716.500	1.333.668
Títulos e valores mobiliários	520.289	204.017	520.289	204.017
Instrumentos financeiros derivativos	2.540	4.184	2.540	4.184
Contas a receber de clientes	154.404	187.735	154.404	187.735
Caixa restrito	140	1.543	140	1.543
Total	1.393.873	1.731.147	1.393.873	1.731.147
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	(440.360)	(397.004)	(440.360)	(397.004)
Empréstimos e financiamentos	(1.323.680)	(1.552.902)	(1.326.054)	(1.537.979)
Passivos de arrendamento	(453.562)	(543.959)	(453.562)	(543.959)
Fornecedores	(207.580)	(239.852)	(207.580)	(239.852)
Outros passivos financeiros	(79.494)	(203.359)	(79.494)	(203.359)
Total	(2.504.676)	(2.937.076)	(2.507.050)	(2.922.153)

Os saldos com prazos curtos têm valor justo que se aproxima ao valor contabilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor.

As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

As novas normas, interpretações e alterações foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas em 31 de dezembro de 2023, não terão um impacto significativo no resultado consolidado ou na posição financeira da Companhia de acordo com a revisão inicial da Companhia.

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores	(8)	(44.514)
Empréstimos e financiamentos	(1.031.161)	(1.085.804)
Derivativos de taxa de câmbio	1.031.161	1.085.804
	<u>(8)</u>	<u>(44.514)</u>

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2023, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável, e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Instrumento	Fator de risco	31/12/2023				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Fornecedores	Flutuação do câmbio	-	(2)	(4)	2	4
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do câmbio	(34.097)	(300.411)	(566.726)	232.218	498.532
Derivativos de taxa de câmbio	Flutuação do câmbio	34.097	300.412	566.726	(232.217)	(498.532)
Impactos no resultado do exercício		-	(1)	(4)	3	4

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2024. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável.

	31/12/2023	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	4,8413	5,0000	6,2500	7,5000	3,7500	2,5000
Euro	5,3516	5,6500	7,6250	8,4750	4,2375	2,8250

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis:

Exposição taxa de juros	31/12/2023				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	73.387	91.733	110.080	55.040	36.693
Títulos e valores mobiliários	52.007	65.008	78.010	39.005	26.003
Caixa restrito	14	17	21	10	7
Empréstimos e financiamentos	(276.854)	(342.667)	(408.480)	(211.041)	(145.229)
Passivo de arrendamento	(47.898)	(47.898)	(47.898)	(47.898)	(47.898)
Derivativos de taxa de juros	(120.459)	(150.574)	(180.689)	(90.344)	(60.230)
Outros passivos financeiros	(9.195)	(11.179)	(13.163)	(7.211)	(5.227)
Impactos no resultado do exercício	(328.998)	(395.560)	(462.119)	(262.439)	(195.881)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 11 de janeiro de 2024, como segue:

	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
SELIC	10,08%	12,60%	15,13%	7,56%	5,04%
CDI	9,98%	12,48%	14,98%	7,49%	4,99%
TJLP	6,20%	7,75%	9,30%	4,65%	3,10%
IPCA	3,85%	4,82%	5,78%	2,89%	1,93%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	716.500	1.333.668
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	520.289	204.017
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	140	1.543
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	154.404	187.735
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	2.540	4.184
	<u>1.393.873</u>	<u>1.731.147</u>

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>
AAA	<u>1.239.469</u>
Total	<u>1.239.469</u>

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vencidas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2023				31/12/2022	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos e financiamentos	(200.962)	(121.593)	(4.167)	(1.210.325)	(1.537.047)	(1.815.282)
Fornecedores	(207.580)	-	-	-	(207.580)	(239.852)
Outros passivos financeiros	(79.494)	-	-	-	(79.494)	(203.359)
Passivo de arrendamento	(179.978)	(179.713)	(179.343)	-	(539.034)	(684.107)
Instrumentos financeiros derivativos	(133.959)	(98.535)	(329.433)	69.946	(491.981)	(392.820)
	(801.973)	(399.841)	(512.943)	(1.140.379)	(2.855.136)	(3.335.420)

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Norte S.A.	12.731	19.371
Rumo Malha Oeste S.A.	3.641	1.658
Rumo Malha Paulista S.A.	18.984	45.269
Rumo Malha Central S.A.	1.478	1.860
Raízen S.A. e suas controladas	4.319	9.535
Rumo S.A.	45.955	12.767
Brado Logística S.A	7.028	4.041
Outros	547	675
	94.683	95.176
Adiantamento a fornecedores		
Raízen S.A. e suas controladas	-	4.375
	-	4.375
Ativo circulante	94.683	99.551
Adiantamento a fornecedores		
Raízen S.A. e suas controladas	-	15.313
	-	15.313
Mútuo		
Rumo Serviços Logísticos Ltda	64	-
	64	-
Ativo não circulante	64	15.313
Total	94.747	114.864
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo		
Fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	4.790	2.103
Rumo Malha Oeste S.A.	329	4.538
Rumo Malha Norte S.A.	19.670	19.585
Rumo S.A.	3.426	1.878
Brado Logística S.A	1.008	4.325
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	1.740	3.078
Raízen S.A. e suas controladas	47.012	67.400
Outros	754	856
	78.729	103.763
Total passivo	78.729	103.763

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Raízen S.A. e suas controladas	169.144	169.721
Rumo S.A.	50.725	51.249
Rumo Malha Norte S.A.	31.749	37.912
Rumo Malha Oeste S.A.	8.995	10.548
Rumo Malha Paulista S.A.	26.031	24.076
Rumo Malha Central S.A.	264	-
Brado Logística S.A.	72.594	71.022
Outros	-	1
	359.502	364.529
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Norte S.A.	(941)	(970)
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(18.368)	(19.360)
Raízen S.A. e suas controladas	(581.216)	(624.937)
Rumo Malha Oeste S.A.	(15.514)	(30.387)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ^(iv)	(21.992)	(26.133)
Brado Logística S.A.	(9.185)	(3.412)
Outros	-	(987)
	(647.216)	(706.186)
Receita (despesas) compartilhadas ^(v)		
Rumo Malha Norte S.A.	(76.508)	(52.995)
Rumo Malha Oeste S.A.	147	176
Rumo Malha Paulista S.A.	145	3.850
Elevações Portuárias S.A.	(220)	602
Raízen S.A. e controladas	927	-
Rumo S.A.	(13.799)	(10.508)
Outros	-	1.982
	(89.308)	(56.893)

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 se refere principalmente à transporte, contratada em condições de mercado.
- (ii) Despesas com partilhas de fretes, de acordo com as condições estabelecidas no COE - Contrato de Operações Específico firmado entre as partes.
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas, a condições de mercado.
- (iv) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 junto à Cosan Lubrificantes, a condições de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (v) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio: número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chaves são analisadas a nível de grupo, incluindo diretores e membros do conselho, e estão registradas no resultado consolidado do exercício como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Benefícios de curto prazo	41.440	33.146
Transações com pagamentos baseados em ações	13.577	16.110
	55.017	49.256

4.2 Impacto de conflitos internacionais

A Companhia continua monitorando os impactos da guerra da Ucrânia iniciada em 24 de fevereiro de 2022 pois constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os principais itens monitorados pela Companhia são potenciais impactos na oferta de: fertilizantes e impactos no preço de commodities e combustíveis.

A Companhia também tem monitorado os desdobramentos do conflito no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços da commodity de petróleo, flutuação do câmbio e juros. Até o momento, não houve impactos nas demonstrações financeiras anuais.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam uma perda por *impairment*. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicadores de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxas de desconto, estoque, instrumentos financeiros, contas a receber entre outros itens analisados e continuará monitorando os fatos sobre os conflitos, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

4.3 Liquidação das parcelas de arrendamento e concessão com precatórios

Em dezembro de 2021, a Constituição Federal foi alterada para permitir que determinados créditos devidos por entes federados sejam adquiridos de terceiros e utilizados em pagamentos de outorgas.

A Companhia, liquidou as parcelas do mês de janeiro e anteciparam a liquidação de outras parcelas com vencimento em 2023, no montante de R\$ 100.034. Para liquidação destes valores foram utilizados precatórios com custo de aquisição de R\$ 80.027. Os efeitos desta transação foram reconhecidos na rubrica "Outras receitas e despesas operacionais", nota 6.3.

4.4 Eventos subsequentes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram eventos subsequentes a serem divulgados.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	520.289	204.017
Instrumentos financeiros derivativos	2.540	4.184
	522.829	208.201
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	716.500	1.333.668
Contas a receber de clientes	154.404	187.735
Caixa restrito	140	1.543
	871.044	1.522.946
Total	1.393.873	1.731.147
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	292.519	467.098
Passivo de arrendamento	453.562	543.959
Fornecedores	207.580	239.852
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	79.494	203.359
	1.033.155	1.454.268
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	440.360	397.004
Empréstimos e financiamentos	1.031.161	1.085.804
	1.471.521	1.482.808
Total	2.504.676	2.937.076

- (i) Saldo antecipado por nossos fornecedores junto a agentes financeiros. Essas operações tiveram fundos e bancos de primeira linha como contraparte, a uma taxa média de 12,42% a.a. (14,53% a.a. em 31 de dezembro de 2022). O prazo médio dessas operações gira em torno de 111 dias (109 dias em 31 de dezembro de 2022).

A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na Demonstração de fluxos de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra. Encargos financeiros embutidos na transação são registrados em “Juros sobre contingências e contratos comerciais” no resultado financeiro, tendo representado R\$ 24.395 no período findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 7.553 em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos conta movimento	533	7.298
Aplicações financeiras	715.967	1.326.370
	<u>716.500</u>	<u>1.333.668</u>

As aplicações financeiras são compostas por:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱ⁾	715.967	1.326.370
	<u>715.967</u>	<u>1.326.370</u>

- (i) As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 102,1% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2023 (102,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	409.311	115.747
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	110.978	87.746
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	524
	<u>520.289</u>	<u>204.017</u>

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valores depositados em garantia	140	1.543
	<u>140</u>	<u>1.543</u>

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cientes terceiros	66.306	99.730
Cientes partes relacionadas (4.1)	94.683	95.176
	<u>160.989</u>	<u>194.906</u>
Perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa	(6.585)	(7.171)
	<u>154.404</u>	<u>187.735</u>
Circulante	137.078	171.701
Não circulante	17.326	16.034
	<u>154.404</u>	<u>187.735</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	55.930	86.959
Até 30 dias	4.408	5.845
De 31 a 60 dias	478	349
De 61 a 90 dias	239	-
Mais de 90 dias	5.251	6.577
Perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa	(6.585)	(7.171)
	<u>59.721</u>	<u>92.559</u>

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2022	(7.577)
Provisões	(1.464)
Reversões e baixas	1.870
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(7.171)
Provisões	(1.016)
Reversões e baixas	1.602
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(6.585)

5.5 Empréstimos e financiamentos

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2023	31/12/2022	Vencimento final	Objetivo
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa média anual de juros				
Empréstimos e financiamentos						
ECA	Euribor + 0,58% ⁽ⁱⁱ⁾	4,52%	12.844	17.995	set/2026	Investimento
Finame (BNDES)	Pré-fixado	6,00%	63.876	127.752	dez/2024	Investimento
Finem (BNDES)	URTLP	8,60%	228.643	339.346	jul/2031	Investimento
NCE	Pré-fixado (US\$)	2,53%	1.018.317	1.067.809	jan/2032	Investimento
			1.323.680	1.552.902		
Circulante			195.570	196.199		
Não circulante			1.128.110	1.356.703		
			1.323.680	1.552.902		

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras.
- (ii) Dívida com *swap* para 114% do CDI que representa uma taxa média de 15,09% a.a.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2023	31/12/2022
13 a 24 meses	116.489	178.929
25 a 36 meses	2.593	115.505
37 a 48 meses	-	3.136
Acima de 97 meses	1.009.028	1.059.133
	1.128.110	1.356.703

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/12/2023	31/12/2022
Reais (R\$)	292.519	467.098
Euro (EUR) ⁽ⁱ⁾	12.844	17.996
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	1.018.317	1.067.808
Total	1.323.680	1.552.902

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, todas essas dívidas denominadas em moeda estrangeira, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.8), ou através de aplicações financeiras na mesma moeda.

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Saldo em 01 de janeiro de 2022	2.085.487
Amortização de principal	(211.406)
Pagamento de juros	(62.556)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	<u>(258.623)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.552.902
Amortização de principal	(184.871)
Pagamento de juros	(61.271)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	<u>16.920</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.323.680

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,85% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 235.654 (R\$ 350.007 em 31 de dezembro de 2022).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2023, Companhia não dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA (R\$ 41.682 em 31 de dezembro de 2022).

c) Cláusulas restritivas (“financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, que variam de contrato para contrato. A tabela a seguir lista as dívidas e os indicadores financeiros (os contratos possuem redações ligeiramente distintas sobre a definição dos indicadores de *covenants* e, dentre elas, os índices reportados utilizam a interpretação mais conservadora dos ajustes previstos nas fórmulas):

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA < = 3,5x em dezembro de 2023	1,81
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ > = 2,0x em dezembro de 2023	3,84

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro da dívida é representado pelo custo da dívida líquida, demonstrado na nota 6.4.

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

5.6 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

	Operacional - concessões	Operacional - outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	623.154	714	623.868
Apropriação de juros e variação cambial	71.358	73	71.431
Amortização de principal	(98.406)	(916)	(99.322)
Pagamento de juros	(63.516)	(73)	(63.589)
Reajuste contratual	10.406	1.165	11.571
Saldo em 01 de janeiro de 2023	542.996	963	543.959
Adições	-	1.358	1.358
Apropriação de juros e variação cambial	57.460	153	57.613
Amortização de principal	(128.242)	(1.310)	(129.552)
Pagamento de juros	(46.809)	(314)	(47.123)
Reajuste contratual	27.296	11	27.307
Saldo em 31 de dezembro de 2023	452.701	861	453.562
Circulante	169.403	861	170.264
Não circulante	283.298	-	283.298
	452.701	861	453.562

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2049 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	9.584	6.265
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	93	94
	9.677	6.359

Informações adicionais

Os saldos de arrendamentos registrados pela Companhia utilizam taxa incremental calculadas de acordo com IFRS 16 / CPC 06 (R2). A valorização dos contratos calculados pela taxa nominal e taxa real (inflação futura projetada), não gerou distorções significativas no passivo de arrendamento e direito de uso da Companhia, conforme objeto do Ofício Circular 2/2019 da CVM. A Companhia entende que, tais variações não são materiais para influenciarem as decisões dos usuários e, consequentemente, para serem apresentados nas demonstrações financeiras.

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito tributário incluído no passivo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 80 (não gerou créditos de impostos indiretos em 31 de dezembro de 2022).

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de materiais e serviços	159.969	171.624
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	47.567	68.973
Outros	44	255
Total	207.580	240.852
Fornecedores	128.851	136.089
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	78.729	103.763
	207.580	239.852

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.8 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

Hedges do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados são apresentados abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<i>Nocional</i>		<i>Valor justo</i>	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e câmbio)	1.399.020	1.415.553	(437.820)	(392.820)
	1.399.020	1.415.553	(437.820)	(392.820)
Circulante			519	4.184
Não circulante			2.021	-
Ativos			2.540	4.184
Circulante			(130.755)	(154.678)
Não circulante			(309.605)	(242.326)
Passivos			(440.360)	(397.004)

A Companhia contratou operações de *Swap*, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Estratégias de Hedge

a) Hedge por valor justo

Atualmente, a Companhia adota o hedge do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

<i>Hedge</i> risco de câmbio		<i>Nocional</i> R\$	Valor contábil		Ajuste de valor justo	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/20	31/12/2022
Dívida						
NCE 2032	US\$ + 5,88%	(1.389.100)	(1.018.317)	(1.067.808)	43.995	(357.112)
Total		(1.389.100)	(1.018.317)	(1.067.808)	43.995	(357.112)
Instrumentos						
Swap de câmbio e juros	BRL + 116,68% do CDI	1.389.100	(440.360)	(397.004)	43.356	1.063.418
Total		1.389.100	(440.360)	(397.004)	43.356	1.063.418
Total líquido		-	(1.458.677)	(1.464.813)	87.350	706.306

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos (objetos de *hedge*) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são os mesmos que seriam obtidos através de uma documentação de *hedge*:

<u>Risco de câmbio</u>		Nocional	Valor contábil		Ajuste de valor justo	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivos designados						
ECA	EUR + 0,58%	(9.920)	(12.844)	(17.995)	(374)	106
Total		(9.920)	(12.844)	(17.995)	(374)	106
Instrumentos derivativos						
Swap de câmbio e juros	BRL + 116,68% DO CDI	9.920	2.540	4.184	1.644	3.985
Total		9.920	2.540	4.184	1.644	3.985
Total líquido		-	(10.304)	(13.811)	1.270	4.091

5.9 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	74.023	96.241
PIS	20.806	42.222
ICMS ⁽ⁱ⁾	114.137	91.378
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	8.912	6.894
Outros	3.393	3.356
	221.271	240.091

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Circulante	43.246	116.361
Não circulante	178.025	123.730
	221.271	240.091

- (i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.
- (ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.10 Estoques

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda).

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	31/12/2023	31/12/2022
Peças e acessórios	108.855	111.544
Combustíveis e lubrificantes	6.654	18.823
Almoxarifado e outros	1.908	5.775
	117.417	136.142

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 4.676 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 632 em 31 de dezembro de 2022).

5.11 Ativos imobilizados e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foi definido como unidade geradora de caixa os contratos de concessão. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não identificamos indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Análise de perda ao valor recuperável.

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida.

A Companhia avaliou ainda os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre as demais unidades geradoras de caixa e a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.11.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Reconciliação do valor contábil

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via Permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2022	215.002	437.564	3.247.225	3.293.219	578.719	63.435	7.835.164
Adições	-	-	601	10.537	401.771	-	412.909
Baixas	(782)	(1.405)	(38.165)	-	-	(35.466)	(75.818)
Transferências	42.268	36.275	78.152	303.065	(462.409)	192	(2.457)
Saldo em 01 de janeiro de 2023	256.488	472.434	3.287.813	3.606.821	518.081	28.161	8.169.798
Adições	-	-	-	1.102	524.258	-	525.360
Baixas	(6.659)	(13)	(111.510)	-	(51)	(11)	(118.244)
Transferências	-	58.492	194.062	364.661	(618.426)	87	(1.124)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	249.829	530.913	3.370.365	3.972.584	423.862	28.237	8.575.790
Valor de depreciação:							
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(152.147)	(226.560)	(2.275.898)	(1.897.486)	-	(57.151)	(4.609.242)
Adições	(4.574)	(30.993)	(195.315)	(236.221)	-	(2.389)	(469.492)
Baixas	-	765	36.138	-	-	36.235	73.138
Transferências	(17.300)	(2.716)	-	17.300	-	2.716	-
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(174.021)	(259.504)	(2.435.075)	(2.116.407)	-	(20.589)	(5.005.596)
Adições	(5.109)	(34.323)	(196.251)	-	-	(1.673)	(237.356)
Baixas	1.874	63	105.969	(247.839)	-	-	(139.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(177.256)	(293.764)	(2.525.357)	(2.364.246)	-	(22.262)	(5.382.885)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	82.467	212.930	852.738	1.490.414	518.081	7.572	3.164.202
Saldo em 31 de dezembro de 2023	72.573	237.149	845.008	1.608.338	423.862	5.975	3.192.905

(i) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, vagões e locomotivas ao custo de R\$ 553.239, foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.5);

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 539 (R\$ 385 em 31 de dezembro de 2022), utilizando uma taxa média de 12,30% (13,25% em dezembro de 2022) para capitalizar os custos dos empréstimos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.11.2 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e outros ativos	Vagões e locomotivas	Infraestrutura ferroviária e portuária	Total
Valor de custo:					
Saldo em 01 de janeiro de 2022	15	1.081	3.194	627.230	631.520
Reajuste contratual	-	-	1.165	10.406	11.571
Saldo em 01 de janeiro de 2023	15	1.081	4.359	637.636	643.091
Adições	-	1.358	-	-	1.358
Reajuste contratual	-	(11)	-	28.439	28.428
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15	2.428	4.359	666.075	672.877
Amortização:					
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(15)	(1.080)	(2.477)	(172.401)	(175.973)
Adições	-	-	(937)	(93.819)	(94.756)
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(15)	(1.080)	(3.414)	(266.220)	(270.729)
Adições	-	(539)	(937)	(103.090)	(104.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(15)	(1.619)	(4.351)	(369.310)	(375.295)
Saldo em 01 de janeiro de 2023	-	1	945	371.416	372.362
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	809	8	296.765	297.582

5.12 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

i. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

i. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

ii. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(56.302)	(241.749)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	19.143	82.195
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(305)	(172)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ⁽ⁱ⁾	(22.351)	(93.357)
Outros	4.715	11.334
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	1.202	-
Taxa efetiva - %	2,13%	0,00%

- (i) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

A Companhia não possui previsibilidade de lucro, em virtude disso, não há constituição de saldo de imposto de renda diferido.

5.13 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	60.823	56.182
Cíveis, regulatórias e ambientais	193.093	175.020
Trabalhistas	105.956	113.019
	359.872	344.221

	Depósitos judiciais	
	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	24.473	21.566
Cíveis, regulatórias e ambientais	9.833	4.367
Trabalhistas	41.396	38.021
	75.702	63.954

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	52.949	126.662	114.416	294.027
Provisionados no exercício	2.068	31.717	36.334	70.119
Baixas por reversão ou pagamento	(5.057)	(43.756)	(66.452)	(115.265)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	6.222	60.397	28.721	95.340
Saldo em 31 de dezembro de 2022	56.182	175.020	113.019	344.221
Provisionados no exercício	4.132	25.746	28.188	58.066
Baixas por reversão ou pagamento	(4.895)	(92.454)	(58.599)	(155.948)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	5.404	84.781	23.348	113.533
Saldo em 31 de dezembro de 2023	60.823	193.093	105.956	359.872

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

a) Perdas prováveis

- **Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Crédito de ICMS ⁽ⁱ⁾	36.152	34.323
IPTU	2.196	2.322
Outros	22.475	19.537
	60.823	56.182

- (i) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, que, no entendimento fazendário, estariam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito.

b) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	592.291	559.774
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.736.486	1.735.728
Trabalhistas	219.651	205.957
	2.548.428	2.501.459

• **Tributárias:**

	31/12/2023	31/12/2022
Multa isolada tributo federal	116.477	109.668
ICMS ⁽ⁱ⁾	194.510	199.375
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	-	4.236
Operações financeiras no exterior ⁽ⁱⁱⁱ⁾	13.287	8.944
MP 470 parcelamento de débitos ^(iv)	148.956	142.166
PIS/COFINS ^(vi)	38.454	35.238
Outros	80.607	60.147
	592.291	559.774

- (i) Os fiscos estaduais autuaram a Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (ii) Refere-se ao processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), relativos aos anos-base de 2011, 2012 e 2013, cumulados com juros de mora e multas qualificada e isolada.
- (iii) Autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011 e 2013 contra a Companhia relativos a: a) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; e b) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico.
- (iv) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Companhia, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (v) A Companhia transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003.
- (vi) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativo relativos aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa.

• **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis ⁽ⁱ⁾	458.299	634.439
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	800.903	678.160
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	477.284	423.129
	<u>1.736.486</u>	<u>1.735.728</u>

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

• **Trabalhistas:**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	219.651	205.957
	<u>219.651</u>	<u>205.957</u>

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.14 Arrendamentos e concessões em litígio

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

São mantidos nessa conta, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por Selic até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível. A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

A Companhia é parte em contratos de sub concessão e arrendamento com o Poder Público. Os principais passivos e provisões gerados pelos contratos são:

a) Arrendamentos e concessões

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Valores a pagar:</u>		
Concessão	76.190	81.112
Total	<u>76.190</u>	<u>81.112</u>
Circulante	9.320	53.720
Não circulante	66.870	27.392
	<u>76.190</u>	<u>81.112</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Arrendamentos e outorgas enquadrados no IFRS16 (Nota 5.6)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Valores a pagar:</u>		
Arrendamento	452.701	542.996
Total	<u>452.701</u>	<u>542.996</u>
Circulante	169.672	160.588
Não circulante	283.029	382.408
	<u>452.701</u>	<u>542.996</u>

5.15 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias.

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.045.633, constituído por 113.686.279 ações, sendo 45.088.652 ações ordinárias nominativas, 68.597.627 ações preferenciais nominativas. As ações preferenciais não terão direito de voto e gozam de prioridade no reembolso de capital sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

	<u>Ações ordinárias</u>		<u>Ações preferenciais</u>	
	<u>Quantidade ⁽ⁱ⁾</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Acionistas				
Rumo S.A.	45.088.652	100%	68.597.627	100%
Total de ações	<u>45.088.652</u>	<u>100%</u>	<u>68.597.627</u>	<u>100%</u>

(i) Em milhões de ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Reserva de capital

Política contábil:

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Essas são transações de capital com os sócios.

c) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

O AFAC registrado no patrimônio líquido da Companhia refere-se a um acordo de conversão de uma quantidade fixa de ações a um preço fixo previamente estabelecido. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui um saldo de AFAC de R\$ 2.803.000 (R\$ 4.153.000 em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6 Informações detalhadas sobre a demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

As atividades da Companhia estão sujeitas à sazonalidade natural das commodities agrícolas. A exportação da safra de soja, em sua maioria, ocorre entre os meses de janeiro e agosto, enquanto o transporte da safra de milho (destinado principalmente à exportação), está concentrado entre os meses de maio e dezembro. Essas oscilações têm um impacto significativo na demanda pelo transporte dessas commodities. Por esta razão, a Companhia normalmente tem um maior volume transportado no segundo e terceiro trimestre de cada ano, e um menor volume transportado no período de entressafra, isto é, no primeiro e quarto trimestres de cada ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta na venda de serviços	2.201.493	1.945.222
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(153.165)	(155.567)
Receita operacional líquida	2.048.328	1.789.655

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2023	31/12/2022
Transporte de carga e acessórios	2.007.183	1.738.233
Outros	41.145	51.422
Receita operacional líquida	2.048.328	1.789.655

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Material de uso e consumo	(26.891)	(16.557)
Despesa com pessoal	(473.444)	(418.512)
Depreciação e amortização	(591.385)	(558.705)
Despesas com serviços de terceiros	(117.536)	(108.231)
Despesas com transporte e elevação	(496.069)	(606.722)
Outras despesas	(107.917)	(77.670)
	(1.813.242)	(1.786.397)
Custo dos serviços prestados	(1.678.661)	(1.664.449)
Despesas comerciais	(6.434)	(6.057)
Despesas gerais e administrativas	(128.147)	(115.891)
	(1.813.242)	(1.786.397)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Efeito líquido das demandas judiciais	(55.434)	(89.197)
Resultado na venda de sucatas / eventuais	48.863	26.553
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(3.544)	(3.350)
Créditos fiscais extemporâneos	2.221	47.167
Outros	(46.768)	(18.240)
	<u>(54.662)</u>	<u>(37.067)</u>

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(63.839)	(77.438)
Variação cambial líquida sobre dívidas	95.253	92.013
Resultado com derivativos e valor justo	(207.076)	(254.565)
Amortização do gasto de captação	(5.394)	(5.538)
Fianças e garantias sobre dívidas	(3.194)	(4.325)
	(184.249)	(249.852)
Rendimentos de aplicações financeiras	170.510	187.376
	170.510	187.376
Custo da dívida, líquida	(13.740)	(62.476)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	19.973	39.425
Arrendamento e concessão em litígio	(3.149)	(6.714)
Passivos de arrendamento	(62.300)	(72.941)
Despesas bancárias e outros	(3.728)	29.160
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(110.116)	(90.696)
Derivativos e variação cambial	116	626
Outros encargos e juros	(63.783)	(44.325)
	(222.986)	(145.464)
Resultado financeiro, líquido	(236.726)	(207.940)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(315.502)	(272.815)
Receitas financeiras	190.483	226.801
Variação cambial	95.369	92.639
Derivativos	(207.076)	(254.565)
Resultado financeiro, líquido	(236.726)	(207.940)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.5 Resultado por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Numerador		
Resultado líquido do exercício	(55.100)	(241.749)
Por ação ordinária	(21.853)	(85.879)
Por ação preferencial	(33.247)	(145.870)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	486.445.936.413	486.445.936.413
Média ponderada de número de ações preferencial	740.076.164.876	740.076.164.876
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	(0,00000)	(0,00000)
Por ação preferencial	(0,00000)	(0,00000)